



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Governo de MT e as obras na MT-251: o caso Portão do Inferno sob o olhar dos enquadramentos do G1

Renan Souza Camiran³⁹

Nealla Valentim Machado⁴⁰

Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini⁴¹

Resumo: Este artigo analisa como o portal G1 enquadrou os posicionamentos do Governo de Mato Grosso diante das obras no Portão do Inferno (MT-251), entre novembro de 2023 e junho de 2025, após frequentes desmoronamentos em um sítio geológico de 500 milhões de anos. A partir de análise qualitativa e exploratória, fundamentada em Entman (1993) e Goffman (1974), o estudo identifica mudanças de discurso governamental, ausência de diálogo técnico e social e a repercussão de decisões marcadas por contradições. A mídia atuou como mediadora simbólica entre Estado, sociedade e especialistas, destacando tensões sobre transparência, legitimidade e impactos ambientais.

Palavras-Chave: Portão do Inferno. Chapada dos Guimarães. MT-251. Enquadramento midiático. Obras públicas.

³⁹ Mestrando em Comunicação e Poder pelo PPGCOM/UFMT, membro do grupo de pesquisa “ECOleidoscópio: olhares entrecruzados sobre meio ambiente”. E-mail: renancamiran@gmail.com.

⁴⁰ Doutora em Estudos da Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO/UFMT). Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: nealla.machado@gmail.com.

⁴¹ Doutora em Educação (UFU), Mestra em Comunicação. Professora do PPGCOM/UFMT e do curso de Jornalismo do Campus Araguaia da UFMT. Membro e líder do grupo de pesquisa “ECOleidoscópio: olhares entrecruzados sobre meio ambiente”. E-mail: jocienebf@gmail.com.

Chapada dos Guimarães, um dos principais destinos turísticos e ecológicos de Mato Grosso, abriga o Portão do Inferno, “um mirante pertencente ao Parque Nacional da Chapada [...] região bastante frágil por encontrar-se sobre a borda de um paredão de arenito”, às margens da MT-251 (ICMBio, 2020, p. 122). Entre 2023 e 2024, os desmoronamentos intensificaram-se, forçando o governo a apresentar soluções emergenciais para preservar a segurança dos usuários da rodovia. A opção pelo retaludamento gerou controvérsias técnicas e sociais, especialmente pelo risco ambiental e patrimonial em uma formação com cerca de 500 milhões de anos (ICMBio, 2020).

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, fundamentada na teoria do enquadramento (Entman, 1993; Goffman, 1974) e nos estudos de Jornalismo Ambiental (Loose; Girardi, 2017). O corpus compreende 48 matérias do portal G1 Mato Grosso localizadas por meio de busca avançada no Google, utilizando as seguintes palavras-chave: obra; MT-251; Portão do Inferno; Chapada. Já os operadores booleanos utilizados foram: portão do inferno OR Chapada OR Chapada dos Guimarães OR túnel OR retaludamento OR governo Mato Grosso OR Mauro Mendes OR desmoronamento OR deslizamento. Desses textos, foram extraídos 177 fragmentos em frases *ipsis litteris*, utilizados para identificar sete enquadramentos: decisões governamentais, reações populares, controvérsias técnicas, impactos sociais e econômicos, legitimidade, responsabilidade ambiental e soluções alternativas.

A análise foi estruturada segundo as fases propostas por Entman (1993): definição do problema, identificação das causas, julgamento moral e soluções propostas, sintetizadas no Quadro 1. A recorrência das fontes foi contabilizada manualmente, embora sem frequência sistematizada nesta etapa, por tratar-se de recorte preliminar de pesquisa em andamento. A questão que orienta o estudo é: como os enquadramentos midiáticos representaram a evolução dos posicionamentos do Governo de Mato Grosso em relação às obras no Portão do Inferno e de que modo

essa mediação construiu sentidos sobre a relação entre governo, sociedade e conhecimento técnico-científico?

Os desmoronamentos na MT-251, em Chapada dos Guimarães, configuram-se como acontecimentos naturais que rompem a normalidade e mobilizam sentidos e ações sociais (França, 2012; Queré, 2005). Ao desencadearem novos episódios, a discussão midiática evidencia o posicionamento do Governo de Mato Grosso na tentativa de solucionar o caso. Contudo, por situar-se em área ambiental protegida, a opção de retaludamento da encosta, proposta pelo governo como opção menos onerosa, além de provocar impactos irreversíveis, recebeu críticas de técnicos e da sociedade, que a consideraram inadequada.

O Quadro 1 demonstra como essas fases se materializam nas matérias analisadas, destacando olhares da cobertura, sobretudo de governo, especialistas e população.

Fases	Descrição
Definição do problema	As matérias destacam como problemas centrais: o risco iminente de desmoronamentos no Portão do Inferno, que coloca vidas humanas em perigo; as constantes interdições da MT-251, que comprometem o turismo, o comércio local e a mobilidade entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães; e os impactos ambientais e paisagísticos provocados pelas obras propostas pelo governo, sobretudo o projeto de retaludamento.
Identificação das causas	Apontam-se como causas principais os fatores naturais (chuvas intensas, fragilidade geológica da região); o atraso nas obras, devido à demora na liberação da licença ambiental por parte do Ibama e ICMBio; e os danos socioambientais, atribuídos às decisões do governo estadual que desconsideravam pareceres técnicos, estudos prévios e a participação popular. As manifestações populares também são causadas pela insatisfação com os efeitos das interdições no cotidiano da população e com a falta de escuta por parte do governo.
Julgamento moral	A insistência do governo Mauro Mendes em executar o projeto de retaludamento, mesmo diante de pareceres técnicos contrários e protestos da população e especialistas, é criticada nas matérias por meio de vozes da sociedade civil, entidades ambientais e pesquisadores. O silêncio prolongado do governador, sua ausência nas falas públicas e a condução centralizada do processo sugerem uma postura autoritária e pouco transparente. Há implícita responsabilização moral do Estado pelos danos ambientais e sociais já causados.

Soluções propostas	Entre as soluções sugeridas estão: a adoção de alternativas menos impactantes, como a construção de um túnel ou viaduto; a revisão do projeto técnico inicial; a realização de estudos geológicos mais aprofundados e com sondagens; maior transparência nas decisões; e a participação ativa da população e de entidades técnicas na definição da solução definitiva. Também é defendida a suspensão do estado de emergência, uma vez que as obras seguem em ritmo lento e sem justificativas técnicas robustas.
---------------------------	---

Quadro 1: Fases dos enquadramentos do G1 e suas descrições

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise do Quadro 1 mostra que o G1 restringe-se a uma narrativa factual, privilegiando a descrição dos acontecimentos sem avançar para postura crítica ou propositiva diante das decisões governamentais. Essa abordagem tangencia o debate ambiental ao não incorporar a “assimilação do saber ambiental”, limitando-se a reproduzir reações populares e controvérsias técnicas já conhecidas. Observa-se ainda a recorrência de fontes e de informações repetidas em diversas matérias, sem abertura a novas perspectivas, o que compromete pilares fundamentais do Jornalismo Ambiental, como o “comprometimento com a qualificação da informação” e a “pluralidade de vozes” (Loose; Girardi, 2017, p. 158-159).

Ademais, evidencia-se uma postura do governo, próxima à necropolítica descrita por Mbembe (2018), ao decidir o que deve morrer, representado pelos recursos ambientais, e o que deve viver, representado pelo capital. Sustentado pelo G1, que ao manter um relato predominantemente descritivo, reforça um enquadramento pouco confrontativo, distanciando-se do papel de mediador crítico entre Estado, ciência e sociedade e evidenciando a necessidade de adequação aos preceitos do Jornalismo Ambiental.

Durante a realização da pesquisa, as obras já haviam sido suspensas por determinação do Ministério Público de Mato Grosso, que apontou sua inviabilidade, ainda que parte do morro já estivesse destruída. A última matéria, publicada em junho de 2025, retoma uma alternativa discutida antes mesmo do início da intervenção: a construção de um túnel, considerada menos impactante.



VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

A prevenção na pesquisa em jornalismo ambiental diante dos desastres

24 a 26 de setembro de 2025 | online

Visto que o acontecimento permanece sem solução, a pesquisa vai continuar para esclarecer quais serão os próximos passos do governo de Mato Grosso, bem como as consequências.

Referências

ENTMAN, Robert. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FRANÇA, Vera Veiga. **O acontecimento e a mídia**. Galáxia: Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura, n. 24, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. New York: Harper, 1974.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Plano de manejo do Parque Nacional da Chapada dos Guimaraes**. Brasília: ICMBio, 2024.

LOOSE, Eloisa Beling; Girardi, Ilza Maria Tourinho. **O jornalismo ambiental sob a ótica dos riscos climáticos**. Interin, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 154-172, jul./dez. 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Arte e Ensaios, n. 32, p. 122-151, 2016.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Trajectos, Lisboa, n. 6, 2005.